PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO DE MULHERES INSERIDAS EM DUPLA JORNADA DE TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO:

UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Anneliza Lisboa Pinto Tavares[1]
Júlia Abrantes Farias[1]
Virgínia Lenora da Silva Constantino[1]
Dra Alessandra Silva de Oliveira Martins[2]
Dra Karina Carvalho Veras de Souza[2]

RESUMO

Objetivo: analisar como a produção científica aborda as relações entre a dupla jornada de trabalho e os processos de subjetivação de mulheres no capitalismo contemporâneo, à luz da Esquizoanálise. **Método**: revisão integrativa qualitativa, orientada pela estratégia PICo, com levantamento realizado entre setembro e outubro de 2026 na BVS/LILACS, SciELO Brasil e Portal de Periódicos da CAPES, considerando publicações de 2016 a 2026. Das 75 produções identificadas, dez integraram a síntese, sendo seis investigações empíricas e quatro estudos de revisão ou natureza teórico-bibliográfica. **Resultados**: os estudos empíricos evidenciaram distribuição desigual do trabalho doméstico, restrição do tempo pessoal, responsabilização feminina pelo cuidado, sofrimento psíquico e formas de negociação e resistência. **Conclusão**: a dupla jornada deve ser compreendida como fenômeno social e subjetivo, e não apenas como problema individual de conciliação de tarefas.

Palavras-chave: Mulheres. Subjetividade. Divisão Sexual do Trabalho. Dupla Jornada de Trabalho. Capitalismo.

[1] Acadêmicas do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

[2] Professoras orientadoras do Curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio Grande do Norte.

1 INTRODUÇÃO

No modo de produção capitalista, a produção da riqueza depende tanto do trabalho remunerado quanto da reprodução cotidiana das condições necessárias à manutenção da força de trabalho. Alimentação, higiene, descanso, educação e cuidado de pessoas dependentes são atividades essenciais à sustentação da vida, historicamente atribuídas às mulheres e deslocadas para o espaço privado (Marx, 2013). Embora indispensável ao funcionamento da economia, o trabalho doméstico e de cuidado permanece frequentemente invisibilizado e não remunerado, reproduzindo desigualdades estruturais de gênero (Federici, 2019; Morais et al., 2026).

Essa desigualdade pode ser compreendida a partir da divisão sexual do trabalho, organizada pelos princípios de separação, que atribui atividades distintas a homens e mulheres, e de hierarquia, que confere maior reconhecimento social e econômico aos trabalhos associados aos homens (Hirata; Kergoat, 2007). A ampliação da participação feminina no mercado de trabalho não foi acompanhada de uma redistribuição proporcional das tarefas domésticas e de cuidado. Assim, consolidou-se a dupla jornada, caracterizada pela sobreposição de responsabilidades profissionais, domésticas, cognitivas e afetivas.

No Brasil, essa assimetria pode ser observada na distribuição do tempo: conforme estudo feito em 2022, as mulheres dedicavam, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de pessoas, enquanto os homens dedicavam 11,7 horas (DIEESE, 2025). A sobrecarga repercute sobre o descanso, a participação social, as oportunidades profissionais e a saúde mental das mulheres (Carneiro et al., 2023; Silva-Costa et al., 2025). Seus efeitos, entretanto, não são homogêneos: classe social, raça, maternidade e condições de trabalho atravessam as possibilidades de partilha ou delegação do cuidado (Hirata, 2014).

Para além da distribuição desigual de tarefas, a dupla jornada participa da construção dos modos de ser e perceber-se mulher. A naturalização do cuidado como atributo feminino pode produzir expectativas de disponibilidade permanente, culpa e responsabilização individual pelo bem-estar familiar. A representação da “mulher

guerreira”, que concilia trabalho e família apesar das dificuldades, pode reforçar tais exigências e ocultar sua dimensão social (Teixeira et al., 2024).

Na perspectiva da Esquizoanálise, a subjetividade não constitui uma essência individual fixa, mas é produzida nas relações sociais, econômicas, culturais e institucionais (Guattari; Rolnik, 1996). Desse modo, a dupla jornada não pode ser reduzida à dificuldade pessoal de administrar o tempo: ela participa dos processos de subjetivação ao produzir modos de sentir, desejar e agir. Esses processos também abrem possibilidades de negociação, resistência e singularização, como a redefinição dos limites e a busca por redes de apoio.

Embora existam estudos sobre divisão sexual do trabalho, cuidado e saúde mental, é relevante sistematizar como a literatura científica articula as condições materiais da dupla jornada aos processos de subjetivação das mulheres. Diante disso, formulou-se a pergunta norteadora: como a literatura científica caracteriza os processos de subjetivação de mulheres que vivenciam a dupla jornada de trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo? Este estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão integrativa da literatura e à luz da Esquizoanálise, como a produção científica aborda as relações entre a dupla jornada de trabalho e os processos de subjetivação das mulheres no capitalismo contemporâneo.

2 METODOLOGIA

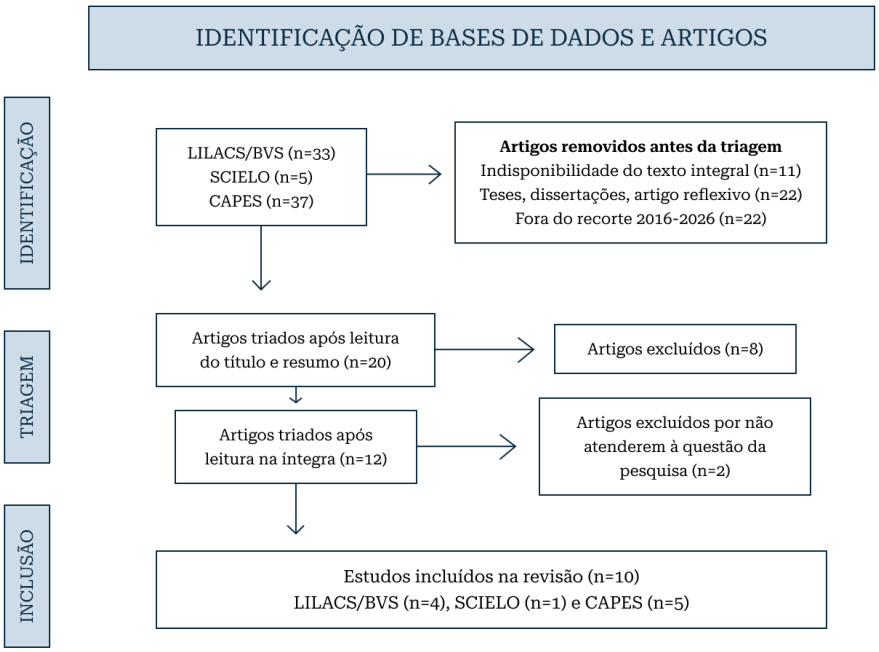
Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com abordagem qualitativa, fundamentada na proposta de síntese de conhecimentos de Souza, Silva e Carvalho (2010). A questão norteadora foi estruturada pela estratégia PICo: população (P), mulheres; interesse (I), dupla jornada de trabalho e processos de subjetivação; contexto (Co), capitalismo contemporâneo. A análise foi organizada em duas etapas distintas: primeiramente, extração e comparação dos achados efetivamente descritos nas publicações; em seguida, interpretação crítica desses achados à luz da Esquizoanálise.

O levantamento da literatura foi realizado entre Setembro e Outubro de 2026, por meio de consultas à Biblioteca Virtual em Saúde (BVS/LILACS), à Scientific Electronic Library Online (SciELO Brasil) e ao Portal de Periódicos da CAPES. Foi

realizada uma busca avançada combinando os termos “mulheres”, “subjetividade”, “capitalismo”, “divisão sexual do trabalho” e “dupla jornada de trabalho” através do operador booleano “{AND}”. Devido a escassez de literatura associando todos os conceitos simultaneamente e o referencial teórico da Esquizoanálise, foram consideradas, também, produções que abordavam substantivamente pelo menos um dos eixos de interesse, contemplando os critérios de forma que possa se abranger a temática proposta.

Foram elegíveis artigos científicos publicados em português, inglês ou espanhol, sendo estudos e pesquisas dos tipos qualitativa ou quantitativa, exploratória, bibliográfica e revisões. Excluíram-se teses e dissertações, textos indisponíveis na íntegra, artigos reflexivos sem delineamento metodológico explícito, produções fora do recorte temporal e trabalhos sem relação fundamental com o problema de pesquisa; não foram encontrados resultados duplicados. A triagem ocorreu por títulos e resumos e, posteriormente, leitura integral. Conforme o fluxograma do trabalho, identificaram-se 75 registros; 55 foram retirados antes da triagem, oito após títulos e resumos e dois após leitura integral, resultando em dez publicações.

Figura 1. Fluxograma da seleção de artigos para compor a revisão integrativa.



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As dez publicações selecionadas possuem diferentes abordagens metodológicas. Seis apresentam dados empíricos primários: Sucupira (2016), Santos, Bohn e Almeida (2020), Renk, Buziquia e Bordini (2022), Carneiro et al. (2023), Coradin e Schwendler (2023) e Souza e Gonçalves (2024). As quatro restantes são revisões ou análises teórico-bibliográficas: Braga, Araújo e Maciel (2019), Duarte e Spinelli (2019), Salvaro e Mariano (2021) e Costa (2023). A inclusão de trabalhos que não empregam expressamente a Esquizoanálise foi necessária para ampliar o alcance temático, mas também limita a força de inferências especificamente esquizoanalíticas.

Os cenários investigados possuem territórios diversos. Há estudos no Sudeste (Paraisópolis, em São Paulo), no Nordeste (Feira de Santana, na Bahia), no Centro-Oeste (Campo Grande, no Mato Grosso do Sul) e no Sul (Concórdia, em Santa Catarina; territórios de Reforma Agrária do Paraná; região metropolitana de Curitiba, Florianópolis e Oeste Catarinense), além de duas produções de abrangência nacional. Não houve estudos da região Norte. Nesses artigos predominam contextos de baixa renda, rurais ou periféricos, e as ocupações abrangem agricultoras, trabalhadoras da construção civil, do comércio, do serviço público e do trabalho doméstico remunerado, além de cuidadoras familiares não remuneradas.

O Quadro 1 apresenta as dez publicações, seus objetivos, desenhos de estudo, principais achados e conclusões. Para a leitura dos resultados, os estudos A1, A4, A5, A6, A7 e A8 correspondem a investigações primárias; A2 e A9 são revisões, e A3 e A10, estudos de natureza teórico-bibliográfica. Os dados originalmente registrados no quadro foram mantidos; a interpretação considera a distinção entre dados empíricos e sínteses teóricas.

Quadro 1. sumarização dos artigos selecionados para compor a revisão integrativa.

Artigo/ano	Objetivo	Método	Resultados	Conclusão
A1 - Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano	Analisar os efeitos da articulação entre trabalho remunerado e	Qualitativo	Cotidiano tomado pela "dupla presença", com pouco tempo para estudo, autocuidado, lazer e participação social; trabalho	A divisão igualitária das tarefas é necessária, mas insuficiente; soluções privadas sobrecarregam

das mulheres de baixa renda (Sucupira, 2016)	trabalho doméstico e familiar sobre os usos do tempo de mulheres de baixa renda e identificar estratégias de resistência.		doméstico sem limite definido; contribuição masculina vista como concessão; culpa feminina quando uma tarefa não é cumprida; estratégias como redes femininas de troca, redução da jornada paga e menos horas de sono; conflitos conjugais frequentes.	as mulheres, e são necessárias políticas públicas de reorganização dos tempos sociais.
A2 - Condições do trabalho da mulher: uma revisão integrativa da literatura brasileira (Braga, Araújo e Maciel, 2019)	Identificar, descrever e analisar as condições de trabalho da mulher relatadas na literatura científica brasileira de 2006 a 2016.	Revisão integrativa	Dupla ou tripla jornada e modelo familiar patriarcal em todos os estudos; violência e assédio, desvalorização do trabalho feminino, baixa remuneração e falta de reconhecimento; fadiga, frustração e depressão; culpa ao não conciliar trabalho e família.	As diferenças de gênero seguem arraigadas e naturalizadas; a conquista do espaço no trabalho ocorreu junto à permanência das obrigações familiares; recomendam-se pesquisas que desnaturalizem condições desiguais.
A3 - Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada (Duarte e Spinelli, 2019)	Explorar o lugar das mulheres no trabalho formal e informal, tomando o gênero como categoria de análise, a partir de estereótipos, divisão sexual do trabalho e dupla jornada.	Pesquisa bibliográfica	Dados de 2017 e 2018: mulheres dedicam cerca de 20,9 horas semanais a afazeres e cuidados, contra 10,8 dos homens; 76,2% do cuidado não remunerado é feito por mulheres (OIT); rendimento feminino inferior mesmo com maior escolaridade.	Há um pacto entre capital e patriarcado que se beneficia da exploração das mulheres; propõem-se a socialização do trabalho doméstico pelo Estado e uma educação que prepare os homens para dividir as tarefas.
A4 - O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas (Santos, Bohn e Almeida, 2020)	Verificar se o trabalho da mulher na agricultura familiar é invisibilizado quando se desconsidera o tempo de trabalho reprodutivo.	Pesquisa de campo qualitativa	Em 91% dos casos a esposa é responsável pelo trabalho reprodutivo; a renda é administrada pelo esposo (ou pelo pai dele) em cerca de 3/4 dos casos; apenas 39,5% dos homens fazem alguma atividade doméstica, contra todas as mulheres; 64,9% das mulheres gastam de 3 a 6 horas diárias nessas tarefas; os cônjuges percebem o tempo reprodutivo de modo próximo ao real, sem mudança de conduta; a atuação masculina	A dupla jornada sustenta a visão do trabalho feminino como mera ajuda; o reconhecimento do tempo não se converte em colaboração; políticas públicas devem considerar a estrutura de gênero no meio rural.

			em casa é tratada como "ajuda".	
A5 - Mulheres cuidadoras em ambiente familiar: a internalização da ética do cuidado (Renk, Buziquia e Bordini, 2022)	Analisar como mulheres cuidadoras externam o sentimento do cuidar de um familiar, apreendendo percepções, subjetividades e sentimentos.	Qualitativo exploratório	Predomínio de filhas (68%) e esposas (21%); 61% deixaram o trabalho para cuidar e 79% cuidam em período integral; 74% sem auxílio financeiro estatal; naturalização do cuidado, sentimento de responsabilidade pela vida do outro, resignação, obrigação, impotência, solidão e isolamento; mulheres de maior renda delegam parte do cuidado.	O cuidado familiar é trabalho invisível, sem reconhecimento social, e exige políticas públicas de apoio às cuidadoras.
A6 - Trabalho doméstico não remunerado: persistência da divisão sexual e transtornos mentais (Carneiro et al., 2023)	Avaliar características do trabalho doméstico não remunerado e sua associação com transtornos mentais, explorando diferenças de gênero.	Estudo transversal	Realizavam tarefas domésticas 95,2% das mulheres e 71,3% dos homens; alto conflito trabalho-família-tempo pessoal em 40,0% das mulheres; transtornos mentais comuns em 25,5% das mulheres e 21,7% dos homens, ansiedade em 6,8% e 2,4%, depressão em 10,9% e 5,5%; alto desequilíbrio esforço-recompensa associado a transtornos mentais comuns, ansiedade e depressão nas mulheres e apenas à depressão nos homens.	O trabalho doméstico persiste como atribuição feminina, e suas situações estressantes associam-se mais fortemente a efeitos adversos na saúde mental das mulheres.
A7 - Histórias de vida de mulheres Sem Terra: divisão sexual do trabalho na agroecologia (Coradin e Schwendler, 2023)	Analisar a divisão sexual do trabalho no trabalho agroecológico de mulheres de territórios de Reforma Agrária do Paraná.	História oral tópica	A agroecologia ampliou autonomia, agência e subjetividade ativa, ao valorizar hortas e pomares; persistem divisões patriarcais, com mulheres acumulando trabalho doméstico, produtivo e organizativo, esgotamento corporal e deslocamento da participação política para a produção; maior igualdade só quando a formação de gênero se combina a juventude, escolaridade ou trânsito	A agroecologia, por si só, não altera a divisão sexual do trabalho; a reivindicação feminista por divisão igualitária segue central na luta pela terra e na decolonização do gênero.

			campo-cidade.	
A8 - Ensaio acerca da afetação da dupla jornada do trabalho na vida das mulheres campo-grandenses (Souza e Gonçalves, 2024)	Realizar diagnóstico preliminar dos efeitos da dupla jornada na vida de trabalhadoras de Campo Grande (MS), analisando processos de exploração e opressão.	Qualitativo	As trabalhadoras reconheceram a dupla jornada, contestaram sua "normalidade" e relataram desgaste físico e "ajuda" dos companheiros; no questionário, 60% sentiam-se sobrecarregadas, 52,9% das mães relataram ansiedade ou insatisfação por trabalhar fora, 40% não se sentiam valorizadas pela família e 73,9% não pensavam em deixar o emprego.	A dupla jornada é constante e afeta a qualidade de vida; reforça a desigualdade de gênero e exige políticas públicas e mudança na visão sobre os papéis sociais.
A9 - Saúde mental de trabalhadoras em estudo: contribuições ao debate de gênero (Salvaro e Mariano, 2021)	Analisar a produção científica sobre saúde mental de trabalhadoras, considerando as relações entre gênero e trabalho.	Revisão da literatura	Os estudos analisados apontam relações entre dupla jornada, divisão sexual do trabalho, sobrecarga e sofrimento psíquico, incluindo estresse e outros problemas de saúde mental.	As desigualdades de gênero e a articulação entre trabalho remunerado e doméstico são relevantes para compreender o adoecimento das trabalhadoras, sendo necessários mais estudos empíricos sobre diferentes contextos profissionais. Territórios de trabalho com maior presença masculina, trabalhos informais, trabalhos que envolvem educação e cuidados com idosos e crianças são fatores comuns de adoecimento.
A10 - O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo (Costa, 2023)	Compreender como a colonização europeia e a acumulação primitiva do capital contribuíram para atribuir às mulheres o trabalho de cuidado e desvalorizar essas atividades.	Estudo teórico, com análise histórica fundamentada em autoras feministas.	O capitalismo fortaleceu o patriarcado e a divisão sexual do trabalho, naturalizando o cuidado como responsabilidade feminina e invisibilizando sua contribuição para a reprodução social.	O sistema de produção capitalista faz uso da reprodução das mulheres para o lucro, assim como o seu cuidado doméstico, naturalizado para confinar seus corpos à monetização.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2026).

3.1 CATEGORIAS TEMÁTICAS: SÍNTESE DOS RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da leitura e comparação dos estudos selecionados, os achados foram organizados em quatro categorias de análise, construídas a partir das recorrências temáticas identificadas na literatura e posteriormente articuladas ao referencial da Esquizoanálise. É importante registrar que apenas Coradin e Schwendler (2023) e Renk, Buziquia e Bordini (2022) tratam explicitamente de subjetividade; nos demais, a leitura em termos de subjetivação é uma interpretação desta revisão, e não uma categoria adotada pelos autores. As categorias são: (1) divisão sexual do trabalho e organização desigual do tempo; (2) naturalização do cuidado e produção de subjetividade; (3) sobrecarga, sofrimento psíquico e adoecimento; e (4) marcadores sociais, redes de apoio e possibilidades de singularização.

3.1.1 Divisão sexual do trabalho e organização Desigual do Tempo

Todos os estudos empíricos confirmam que a entrada das mulheres no trabalho remunerado não foi acompanhada de redistribuição equivalente das tarefas domésticas e de cuidado. Em Feira de Santana, 95,2% das mulheres realizavam atividades domésticas, contra 71,3% dos homens, e os homens superaram as mulheres apenas nos pequenos reparos (Carneiro et al., 2023). Os dados do IBGE trazidos por Duarte e Spinelli (2019) mostram cerca de 20,9 horas semanais das mulheres em afazeres e cuidados, quase o dobro das 10,8 horas dos homens. Na agricultura familiar de Concórdia, a esposa era responsável pelo trabalho reprodutivo em 91% dos casos e somente 39,5% dos homens realizavam alguma atividade no lar (Santos; Bohn; Almeida, 2020). A revisão de Braga, Araújo e Maciel (2019) identificou dupla ou tripla jornada em todos os 22 artigos analisados, o que indica que o fenômeno atravessa ocupações e regiões muito distintas. Essa persistência da divisão sexual do trabalho também pode ser compreendida a partir de sua constituição histórica. Costa (2023) destaca que a separação entre produção e reprodução não constitui uma organização natural das atividades sociais, mas está relacionada a transformações históricas que

contribuíram para atribuir às mulheres a responsabilidade pelo cuidado e restringir o reconhecimento econômico e social dessas atividades.

Quatro estudos descrevem a participação dos homens como "ajuda", favor ou concessão, e não como responsabilidade compartilhada (Sucupira, 2016; Santos; Bohn; Almeida, 2020; Coradin; Schwendler, 2023; Souza; Gonçalves, 2024). Esse achado dialoga com os princípios de separação e de hierarquia da divisão sexual do trabalho (Hirata; Kergoat, 2007): ao classificar o trabalho doméstico como tarefa feminina e atribuir-lhe menor valor, a linguagem da ajuda mantém o cuidado fora das obrigações masculinas. Em Concórdia, os cônjuges estimavam o tempo reprodutivo das mulheres de forma próxima à real, sem que isso modificasse a própria conduta (Santos; Bohn; Almeida, 2020), o que sugere que a persistência da divisão não decorre de falta de informação.

Sucupira (2016) acrescenta uma dimensão temporal qualitativa com o conceito de "dupla presença": as mulheres vivem de modo simultâneo tempos de trabalho pago e de trabalho familiar, em um espaço de tempo sem limites claros, que pode ultrapassar 40 horas semanais de segunda a sexta. Faltava a elas tempo para estudar, cuidar de si, lazer, convívio e atividades religiosas, esportivas ou políticas. Em Coradin e Schwendler (2023), isso aparece na forma de retração da participação sociopolítica das mulheres, que acumulam trabalho doméstico, produtivo e organizativo e acabam concentrando sua energia na produção.

Esses resultados permitem ampliar a compreensão da divisão sexual do trabalho para além da distribuição desigual de tarefas. Na perspectiva de Guattari e Rolnik (1996), a subjetividade é produzida por uma multiplicidade de agenciamentos sociais, econômicos e históricos, não podendo ser compreendida como uma dimensão exclusivamente individual. Os autores afirmam que o lucro capitalista também se constitui como produção de poder subjetivo (Guattari; Rolnik, 1996, p. 32). A partir desse entendimento, pode-se interpretar que a organização desigual do tempo participa dos processos de subjetivação das mulheres, na medida em que as exigências simultâneas do trabalho produtivo e reprodutivo interferem nas possibilidades de construir outras relações, experiências e projetos de vida.

3.1.2 Naturalização do cuidado e produção de subjetividade

Os estudos mostram que a desigualdade se sustenta também pela naturalização do cuidado como atributo feminino. Entre cuidadoras familiares, a dedicação ao outro aparece como obrigação moral e parte da identidade: "é obrigação de uma filha cuidar dos pais" (Renk; Buziquia; Bordini, 2022, p. 420). As esposas associaram o cuidado às responsabilidades do casamento, enquanto as filhas expressaram resignação, revolta e impotência, o que indica que o mesmo mandato se atualiza de modos distintos conforme o lugar ocupado na família.

Em Concórdia, mulheres de todas as faixas etárias afirmaram que a casa e os filhos eram "predestinados" a elas, e a manutenção da masculinidade levava os homens a evitar o trabalho doméstico, em parte por vergonha diante de outros homens (Santos; Bohn; Almeida, 2020). Duarte e Spinelli (2019) associam esse processo à socialização por estereótipos, que desde a infância orienta meninas e meninos a lugares sociais diferentes. Costa (2023), por sua vez, discute como as transformações históricas associadas ao capitalismo e ao patriarcado contribuíram para consolidar relações nas quais o cuidado foi atribuído às mulheres e desvalorizado enquanto atividade necessária à reprodução social. Essa análise permite articular os relatos de obrigação e resignação identificados por Renk, Buziquia e Bordini (2022) às condições históricas que sustentam a responsabilização das mulheres pelo cuidado.

Na perspectiva da Esquizoanálise, essa associação pode ser interpretada como parte de um processo de produção de subjetividade, no qual normas sociais são incorporadas aos modos de sentir e agir, fazendo com que responsabilidades socialmente construídas sejam vivenciadas, em determinadas circunstâncias, como obrigações individuais (Guattari; Rolnik, 1996). Essa discussão pode ser aprofundada a partir da concepção de produção desejante desenvolvida por Deleuze e Guattari (2010). Para os autores, a produção desejante não se separa da produção social, uma vez que o desejo também participa dos investimentos realizados nas relações e organizações da sociedade. Nesse sentido, a associação entre cuidado, amor e realização feminina permite investigar como determinadas formas de organização social podem ser reproduzidas também por meio dos investimentos desejantes dos próprios sujeitos.

Isso não quer dizer que o desejo feminino de cuidar seja necessariamente uma expressão de submissão ou ausência de autonomia. É preciso compreender como esse desejo é produzido e atravessado por relações sociais que atribuem às mulheres a responsabilidade prioritária pela manutenção da vida doméstica e familiar. Assim, uma mulher pode encontrar satisfação no cuidado e, simultaneamente, vivenciar a sobrecarga decorrente da ausência de corresponsabilização. A contradição entre realização afetiva e exploração do trabalho reprodutivo evidencia que os processos de subjetivação não são homogêneos nem podem ser reduzidos a escolhas estritamente individuais.

Por outro lado, o sentimento de culpa é recorrente. Sucupira (2016) observa que a impossibilidade de cumprir uma tarefa doméstica ou familiar gera culpa, estresse e a necessidade de encontrar substituta ou de "dar um jeito" nas mulheres, enquanto os homens não encaram o mesmo fato como falta. Para Sucupira (2016), a disponibilidade permanente para o cuidado continua sendo exclusivamente feminina. A revisão de Braga, Araújo e Maciel (2019) também registra tensão e culpa quando a conciliação falha. Souza e Gonçalves (2024) mostram que 40% das respondentes não se sentiam valorizadas pela família no exercício das tarefas domésticas, o que evidencia a falta de reconhecimento desse trabalho. Coradin e Schwendler (2023) mostram que o trabalho que gera renda e pode ser mecanizado é valorizado como atributo de masculinidade, ao passo que o trabalho manual de cuidado e de horta permanece desvalorizado e feminizado.

Através da análise de Guattari e Rolnik (1996), a naturalização do cuidado pode ser lida como um processo de produção de modos de sentir e de agir, pelo qual obrigação, culpa e disponibilidade permanente passam a ser vividas como traços pessoais. Esse processo, contudo, não é uniforme nem totalmente eficaz. Há mulheres que contestam a "normalidade" da dupla jornada (Souza; Gonçalves, 2024) e outras que, diante da resistência dos companheiros, preferem assumir as tarefas a enfrentar conflitos diários (Sucupira, 2016). Nesse sentido, essas variações mostram que a naturalização do cuidado é um campo de disputa, e não um destino.

3.1.3 Sobrecarga, sofrimento psíquico e adoecimento

O impacto da dupla jornada sobre a saúde aparece de modos diferentes nos estudos. O trabalho de Carneiro et al. (2023) é o único que o mede com instrumentos padronizados. Nele, os transtornos mentais comuns atingiam 25,5% das mulheres e 21,7% dos homens, a ansiedade generalizada 6,8% e 2,4%, e a depressão 10,9% e 5,5%, respectivamente. O alto conflito entre trabalho, família e tempo pessoal predominou entre as mulheres (40,0%) e, entre os homens, predominou o baixo conflito (39,0%). O alto desequilíbrio entre esforço e recompensa no trabalho doméstico associou-se a transtornos mentais comuns, ansiedade e depressão nas mulheres, mas apenas à depressão nos homens. Como os próprios autores ressalvam, trata-se de análise exploratória, sem ajustes entre variáveis, o que impede inferir causalidade.

A relação entre condições de trabalho, desigualdades de gênero e saúde mental também é discutida por Salvaro e Mariano (2021). As autoras selecionaram 14 artigos que abordavam o adoecimento mental em diferentes contextos profissionais e destacaram a relevância da divisão sexual do trabalho e da articulação entre atividades remuneradas e domésticas para a compreensão das experiências de saúde e adoecimento das mulheres. Essa contribuição amplia a análise dos resultados de Carneiro et al. (2023), pois permite situar as associações identificadas entre trabalho doméstico não remunerado e transtornos mentais em um debate mais abrangente sobre as condições laborais e as desigualdades de gênero.

Os estudos qualitativos descrevem o mesmo cenário por outra via. Entre as trabalhadoras de Campo Grande, 60% declararam-se sobrecarregadas física e emocionalmente e 52,9% das mães relataram ansiedade ou medo de estarem ausentes dos filhos (Souza; Gonçalves, 2024). As cuidadoras familiares relataram isolamento social, cansaço físico e mental e privação de necessidades básicas (Renk; Buziquia; Bordini, 2022). Entre as mulheres de Paraisópolis, a jornada foi descrita como interminável, com o desejo de fugir da rotina e a sensação de que "nunca termina" (Sucupira, 2016, p. 25). Coradin e Schwendler (2023) observam esgotamento do corpo das agricultoras, mais intenso quanto maior a diversidade da produção e menor a

capitalização da unidade familiar, e Braga, Araújo e Maciel (2019) reuniram queixas de fadiga, frustração, depressão e sensação de enlouquecimento.

Um ponto converge entre os estudos: o sofrimento não é tratado como deficiência individual de organização. Carneiro et al. (2023) o relacionam à desvalorização das atividades domésticas, à sobrecarga de tarefas e à sensação de injustiça, e Duarte e Spinelli (2019), apontam, com base em Ávila (2014 apud Duarte; Spinelli, 2019), a alienação de um tempo de vida consumido pela repetição de tarefas. Nesse sentido, a dupla jornada pode restringir as possibilidades de construção de outros territórios existenciais, na medida em que o tempo e a energia disponíveis são continuamente direcionados às exigências da produção e da reprodução da vida.

Na perspectiva esquizoanalítica, esses dados permitem entender o adoecimento como efeito dos agenciamentos nos processos de subjetivação e do tempo de viver, e não como falha pessoal (Guattari; Rolnik, 1996). Com isso, se reforça a crítica a abordagens individualizantes e a necessidade de considerar as assimetrias de gênero e de tempo como determinantes de risco psicossocial.

3.1.4 Marcadores sociais, redes de apoio e possibilidades de singularização

A experiência da dupla jornada não é homogênea. Em Feira de Santana, apenas 5,9% das mulheres e 7,3% dos homens contavam com trabalhadora doméstica contratada, e o apoio recebido vinha sobretudo de outras mulheres (89,4%) (Carneiro et al., 2023). Entre as cuidadoras familiares, as de maior renda pagavam uma auxiliar e conseguiam preservar mais tempo pessoal, enquanto as demais abdicavam do trabalho e da vida social (Renk; Buziquia; Bordini, 2022). Entre as mulheres de baixa renda de Paraisópolis, a falta de recursos para externalizar tarefas fazia com que mães, irmãs, vizinhas e filhas mais velhas se tornassem o principal suporte, o que gera insegurança quanto à permanência no emprego e desloca o cuidado para outras mulheres, muitas vezes sem remuneração ou com remuneração baixa (Sucupira, 2016). Assim, a classe define as alternativas disponíveis, e a delegação do cuidado reproduz a divisão sexual do trabalho entre as próprias mulheres. Raça e território, por sua vez, aparecem de modo pontual: as amostras de Feira de Santana e de Campo Grande eram

majoritariamente de mulheres negras, e três estudos tratam do meio rural, mas poucos analisam essas dimensões de forma sistemática, o que aponta uma lacuna da literatura.

A análise das desigualdades sociais também requer considerar a articulação entre gênero, raça e classe na constituição histórica das relações de trabalho. Costa (2023), ao discutir a relação entre capitalismo, patriarcado e colonização, problematiza a universalização da experiência feminina e evidencia a importância de considerar as hierarquias sociais na análise da divisão sexual do trabalho. Essa contribuição dialoga com os resultados de Carneiro et al. (2023), Renk, Buziquia e Bordini (2022) e Sucupira (2016), nos quais as condições econômicas influenciam as possibilidades de acesso a apoio e de redistribuição das tarefas de cuidado. Cabe ressaltar, entretanto, que a análise interseccional proposta por Costa (2023) constitui uma contribuição teórica para interpretar esses resultados, não sendo possível afirmar que todos os estudos empíricos do corpus investigaram sistematicamente as relações entre gênero, raça e classe.

Os estudos também registram processos de resistência e de singularização. Sucupira (2016) descreve estratégias como redes femininas de troca de tarefas, negociação de contribuições dentro da casa e preferência por trabalhos próximos à moradia, além de conflitos conjugais mais frequentes que podem indicar uma inconformidade crescente com a divisão tradicional. Coradin e Schwendler (2023) mostram que a agência e a subjetividade ativa das agricultoras cresceram com a valorização monetária e simbólica de seus espaços produtivos, e que mudanças na divisão do trabalho doméstico ocorreram apenas quando a formação sociopolítica de gênero se combinou a juventude, escolaridade ou experiência de trânsito entre campo e cidade. Entre as trabalhadoras de Campo Grande, a maioria (73,9%) não considerava abandonar o emprego, e todas as entrevistadas da construção civil contestaram a normalidade das funções domésticas femininas (Souza; Gonçalves, 2024).

Esses achados dialogam com a noção de singularização de Guattari e Rolnik (1996, p. 33), envolvendo a possibilidade de reapropriação e criação de componentes de subjetividade: questionar obrigações de gênero, negociar tarefas, estabelecer limites e construir redes de apoio. Essa discussão também permite aproximar os resultados da noção de devir-mulher (Guattari; Rolnik, 1996, p. 80-81). O conceito não se refere à

incorporação de uma identidade feminina ou à reprodução de características culturalmente associadas às mulheres, mas a processos de diferenciação em relação aos modelos dominantes de subjetivação. Nesse sentido, o devir-mulher permite questionar as referências que vinculam a existência feminina à disponibilidade permanente, à dedicação incondicional e à responsabilização pelo cuidado. É, portanto, pensar a criação de outras formas de relação consigo, com os outros e com a organização da vida cotidiana.

Essa ambivalência aparece nos próprios estudos. Algumas mulheres desistem de discutir porque o conflito aumenta o desgaste sem alterar a conduta dos companheiros (Sucupira, 2016), e, no meio rural, as conquistas podem ser revertidas sem organização coletiva permanente (Coradin; Schwendler, 2023). Por isso, quatro estudos convergem na demanda por políticas públicas, como reorganização dos tempos sociais, serviços coletivos de cuidado, apoio às cuidadoras familiares e igualdade de gênero no trabalho (Sucupira, 2016; Duarte; Spinelli, 2019; Renk; Buziquia; Bordini, 2022; Souza; Gonçalves, 2024). Sem essas condições materiais, a singularização tende a ficar restrita a soluções individuais, que colocam sobre as mulheres a responsabilidade de conciliar o que a organização social torna difícil de conciliar.

3.2. DISCUSSÃO

3.2.1 Gênero, classe e raça: a interseccionalidade na origem do capitalismo e do patriarcado Colonial

A experiência da dupla jornada não é homogênea. Renda, raça, maternidade, ocupação e acesso a serviços de cuidado influenciam tanto a intensidade da sobrecarga quanto às alternativas disponíveis. Hirata (2014) destaca a articulação entre gênero, classe e raça na constituição das relações sociais, e especialmente o quesito raça foi pouco abordado nesse recorte de literatura. Uma análise interseccional impede, portanto, que a categoria “mulheres” seja tratada como um grupo de experiências uniformes. Na perspectiva da esquizoanálise, essa desigualdade mostra que a

subjetividade não se constitui em um sujeito universal, e sim em territórios existenciais atravessados por hierarquias históricas. Segundo Rolnik (2018), o regime colonial-capitalista captura a força vital de maneira assimétrica, conforme os marcadores sociais, distribuindo desigualmente o peso do cuidado e restringindo sobretudo, para mulheres racializadas e financeiramente vulneráveis. Nesse contexto, traz-se o conceito de singularização: neste processo, sustenta-se a potência criativa do desejo, isto é, uma força vital produtiva, para inventar modos de existência que escapem da padronização imposta pelo regime colonial-capitalista. Esse movimento pede disponibilidade para escutar os afetos e condições concretas para transformar os incômodos vividos no corpo em novos territórios existenciais. Quando a força vital da mulher é absorvida pela sobrecarga doméstica e pela urgência da sobrevivência, porém, o desejo culmina em sua captura pela repetição de papéis, o que estreita a margem material e subjetiva para construir outras formas de viver. Dessa forma, a precarização advinda do trabalho doméstico bloqueia linhas de fuga ao impor uma restrição de possibilidades de singularização.

No contexto brasileiro, a formulação de Lélia Gonzalez (2020) aprofunda e fundamenta historicamente a análise de Hirata (2014) ao demonstrar que a estruturação do trabalho reprodutivo e de cuidado no país é indissociável do racismo e das assimetrias de classe, evidenciando como a combinação entre racismo e sexismo posiciona a mulher negra na base da pirâmide socioeconômica. Essa dinâmica desdobra-se na transição histórica da "mucama" para a "empregada doméstica" contemporânea, a "mucama permitida". Atuando como um verdadeiro "burro de carga" social, a trabalhadora doméstica viabiliza o conforto, o descanso e a inserção profissional de outras famílias ao assumir a gestão da vida privada alheia, enquanto enfrenta a sobrecarga e a precariedade de sustentação da própria família nas periferias urbanas.

Contudo, a crítica de Gonzalez revela que a atuação da mulher negra no espaço privado colonial transcende a mera exploração física. Na figura da "mãe preta", enquanto a esposa branca exercia uma função precipuamente reprodutiva e formal de conceber os herdeiros do senhor, cabia à mulher negra o exercício efetivo da

maternagem, o cuidado diário, a alimentação e o acolhimento afetivo das crianças na casa-grande.

Dessa forma, a perspectiva de Lélia Gonzalez demonstra que o alívio da jornada de trabalho de determinados grupos sociais e a própria formação cultural do país assentam-se em um pilar estrutural: a historicidade de um trabalho reprodutivo e afeto-socializador desempenhado pelas mulheres negras, marcado simultaneamente pela exploração de classe e pela resistência cultural, então, a posição de “boa ama” não se extingue, mas transiciona-se. Debaixo dos panos, condições pertencentes a colonização europeia não deixam de existir, mudam de termo, de modo que se perpetuam de outros lugares, menos explicitamente, na medida em que a reorganização do trabalho reprodutivo transfere os custos e o encargo para as mulheres racializadas (Federici, 2019).

3.2.2 Divisão sexual do trabalho e saúde mental

De acordo com Borsoi (2007), o trabalho deve ser compreendido como uma categoria fundamental para a constituição da subjetividade e organização do processo de saúde e doença mental. Quando a rotina doméstica e a disponibilidade emocional somam-se às exigências da esfera produtiva, o trabalho deixa de atuar apenas como estruturador da vida e passa a constituir um fator determinante de sofrimento psíquico.

Nas transformações contemporâneas do mundo do trabalho, observa-se um deslocamento progressivo das exigências estritamente físicas para uma cobrança ostensiva sobre a capacidade psíquica e cognitiva dos indivíduos. No caso feminino, sob a análise esquizoanalítica, esse desgaste é amplificado ao passo que a subjetivação não constitui um território isolado, mas capturado pelo maquinário capitalista e patriarcal, enquanto se faz uso do desejo não como produção de vida, mas como potência de serialização e sujeição às demandas de cuidado (Guattari; Rolnik, 1996). Nesse sentido, a subjetividade se constrói na intersecção das diversas esferas da vida, de modo que a saúde mental resulta da ressonância entre as condições objetivas do trabalho e a história de vida e afetiva da mulher.

A exposição contínua a essas pressões sobrepostas pode culminar em quadros de esgotamento e tensão emocional crônica, como a síndrome de burnout. Contudo, à semelhança da invisibilização econômica do trabalho reprodutivo, o adoecimento psíquico enfrenta grandes obstáculos para ser reconhecido formalmente. Borsoi (2007) aponta que, por não possuir a visibilidade física direta de um acidente de trabalho típico, o sofrimento psíquico dificilmente obtém a comprovação de nexo causal, resultando em frequente subnotificação e na desconsideração das condições laborais e sociais como determinantes do adoecimento. Articulando estes apontamentos a Rolnik (2018), a invisibilização do cuidado é um processo intrínseco ao modo capitalista, pois dentro dele há a individualização do adoecimento para culpabilizar a sobrecarga numa falha de adaptação ao sistema, e não consequência deste, cristalizando a responsabilidade com o intuito da permanência do seu mecanismo de captura dos processos de subjetivação. Ademais, essa manipulação reitera a restrição das linhas de fuga, enquanto se oferece métodos paliativos, como a medicalização de natureza psíquica, que facilitam a reprodução da sobrecarga, a qual não é colocada como asfixia laboral, mas de desajuste individual.

3.2.3 A dimensão psíquica e os processos de singularização na dupla jornada

Na perspectiva de Guattari e Rolnik (1996), a subjetividade é produzida socialmente por múltiplas relações e agenciamentos, sendo um processo intrínseco ao capitalismo, na medida em que se produz e se impõe aos sujeitos a partir da interação com a linguagem, desde o desenvolvimento infantil, seja através da mídia, da escola ou da família. Estes são instrumentos de poder, isto é, poderes dominantes que influenciam o saber e o poder do indivíduo institucionalizado, como meios de comunicação de massa, instâncias de formação, enquadramento, como a família, a escola, a igreja, o exército, etc, que fornecem aos indivíduos sua percepção de identidade e valores (Guattari; Rolnik, 1996, p. 33). Pode-se dizer que, a partir da vivência com o mundo e com o outro, inventa-se a subjetividade.

A partir do momento em que a mulher se posiciona perante os dispositivos de poder como indivíduo em processo de subjetivação, ela se reinventa frente ao modo de

produção capitalista e se coloca à margem do mercado, possibilitando agir em sua singularidade. Entretanto, ao produzir a diferença, coloca-se em ameaça a homogeneização implicada. O sistema capitalista, para não permitir resistência, realiza um esvaziamento da singularidade do ser-mulher. Como um parasita, as instituições nos tiram o tempo de sentir e de desejar, tomando o espaço de produção do indivíduo e anulando seus modos de viver e trabalhar. Com isso, o modelo dominante atua impedindo o processo de subjetivação nas dimensões essenciais da vida. Como um constante de infantilização, suas experiências dependem da mediação do Estado, seja ela cultural ou social (Guattari; Rolnik, 1996, p. 42). Dessa forma, enquanto há uma censura do direito de desejo da mulher, valoriza-se aquela que se submete a suas responsabilidades.

Tomando os processos de subjetivação das mulheres e os absorvendo a ponto de esvaziá-los de significado, convence-se de que é natural para elas o sofrimento e a carga de cuidar de suas famílias sem questionar a vivência de uma dupla jornada de trabalho, como aponta Silvia Federici:

> O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração (Federici, 2019, p. 42-43).

A crítica à naturalização do cuidado não implica interpretar as mulheres apenas como destinatárias passivas das normas sociais, pois a leitura esquizoanalítica permite reconhecer processos de singularização expressos no questionamento das obrigações de gênero, na negociação da distribuição das tarefas, no estabelecimento de limites e na construção de redes de apoio (Guattari; Rolnik, 1996). Essas possibilidades, contudo, não anulam os condicionantes econômicos e institucionais que restringem escolhas individuais. Por isso, a redução da dupla jornada depende não apenas de estratégias pessoais, mas também do reconhecimento social do cuidado, da ampliação de políticas públicas e de mudanças nas relações familiares e laborais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos estudos selecionados permitiu compreender que a dupla jornada feminina, no capitalismo contemporâneo, não se resume à coexistência do trabalho remunerado e dos afazeres domésticos, mas expressa a persistência da divisão sexual do trabalho que distribui o tempo e responsabilidades de cuidado desigualmente. Essa forma de organização também participa da produção dos modos de existência das mulheres, através da naturalização do cuidado como atributo feminino, da responsabilização individual e das expectativas sociais sobre elas.

À luz da Esquizoanálise, podemos compreender que essas condições materiais e relações sociais fazem parte dos processos de subjetivação, influenciando formas de sentir, agir e relacionar-se. Simultaneamente, sob ruptura dos processos dominantes, a negociação de tarefas, redes de apoio e questionamento de papéis de gênero expressam possibilidades de resistência e singularização, embora não signifique que sejam suficientes para transformar as estruturas da desigualdade.

Ainda, é de suma importância destacar que as experiências da dupla jornada são heterogêneas, atravessadas por marcadores sociais como classe, raça e território, que vão interferir nas condições de resistência e enfrentamento e nas possibilidades de distribuição do cuidado. Como limitação, observou-se que poucos estudos abordam diretamente os processos de subjetivação, tendo sido necessário desenvolver uma articulação da interpretação dos achados à luz do referencial esquizoanalítico. Foi identificada também uma necessidade de maior aprofundamento sobre as desigualdades raciais e territoriais nas pesquisas sobre o tema.

Sendo assim, constatando a lacuna de material de revisão e literatura, conclui-se que o enfrentamento à dupla jornada pede mais do que iniciativas individuais de organização e adaptação dessas mulheres. É necessário que haja uma transformação nas relações familiares e laborais, a corresponsabilização do cuidado e trabalho doméstico, bem como políticas públicas capazes de ampliar o acesso a serviços de apoio. No âmbito da Psicologia, saúde mental e atenção psicossocial, urge a necessidade de superar as abordagens individualizantes que patologizam o sofrimento decorrente da sobrecarga reprodutiva; é preciso compreender o fenômeno

diante de suas dimensões sociais e materiais, favorecendo processos de singularização, a desconstrução do mito da autossuficiência e o resgate da dimensão coletiva e política do cuidado.

O reconhecimento do nexo entre as exigências do labor invisível e o adoecimento ocupacional, como a síndrome de burnout e o estresse crônico, exige a reformulação dos protocolos de vigilância em saúde do trabalhador, de modo a incluir as assimetrias temporais e de gênero como fatores determinantes de risco psicossocial, de forma que o sofrimento psíquico possa ser discutido em relação às condições concretas de trabalho e a distribuição das responsabilidades sociais assimétrica, sem reduzi-lo a dificuldades individuais de organização ou adaptação.

Por fim, apontando a ausência de variabilidade de achados específicos ao tema, recomenda-se, no campo das políticas públicas, a construção de um Sistema Nacional de Cuidados e a ampliação da infraestrutura social de apoio (como creches em tempo integral, centros de convivência e lavanderias comunitárias), pois estas configuram-se como medidas indispensáveis para a justa redistribuição das responsabilidades reprodutivas.

REFERÊNCIAS

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira. **Da relação entre trabalho e saúde à relação entre trabalho e saúde mental.** Psicologia & Sociedade, Porto Alegre, v. 19, n. esp. 1, p. 103-111, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000400014.

BRAGA, Natalia L; ARAÚJO, Noalia M. de; MACIEL, Regina Heloisa. **Condições do trabalho da mulher:** uma revisão integrativa da literatura brasileira. Psicologia: Teoria e Prática, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211–231, 2019. DOI: 10.5935/1980-6906/psicologia.v21n2p232-251.

CARNEIRO, Cíntia Maria Moraes; PINHO, Paloma de Sousa; TEIXEIRA, Jules Ramon Brito; ARAÚJO, Tânia Maria de. **Trabalho doméstico não remunerado: persistência da divisão sexual e transtornos mentais.** Revista de Saúde Pública, São Paulo, v. 57, art. 31, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004502.

CORADIN, Cristiane; SCHWENDLER, Sônia Fátima. **Histórias de vida de mulheres Sem Terra:** divisão sexual do trabalho na agroecologia. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 31, n. 2, e83307, 2023. DOI 10.1590/1806-9584-2023v31n283307.

COSTA, Cecília Maria Valter. **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo.** Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 146, v. 3, e-6628347, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0101-6628.347.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIEESE — DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Mulher chefia mais domicílios, mas segue com menos direitos e oportunidades no trabalho.** Boletim Especial 8 de Março de 2025. São Paulo: DIEESE, mar. 2025. Disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/mulheres2025.html. Acesso em: 24 ago. 2026.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia M. **Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada.** Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 126–145, 2019. DOI: 10.5902/2317175836316.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo.** 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça:** interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. Tempo Social, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595–609, set./dez. 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política - Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MORAIS, Ariane Cedraz; ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; TEIXEIRA, Jules Ramon Brito. **Trabalho invisível, sobrecarga real:** trabalho doméstico e as marcas da desigualdade de gênero. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, São Paulo, v. 51, edgt2, 2026. DOI: https://doi.org/10.1590/2317-6369/13925pt2026v51edgt2.

RENK, Valquíria Elita; BUZIQUIA, Sabrina P.; BORDINI, Ana Silvia Juliatto. **Mulheres cuidadoras em ambiente familiar:** a internalização da ética do cuidado. Cadernos Saúde Coletiva, v. 30, n. 3, p. 416–423, 2022, DOI 10.1590/1414-462X202230030228.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; MARIANO, Patrícia. **Saúde mental de trabalhadoras em estudo:** contribuições ao debate de gênero. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 26, e44059, 2021. DOI: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v26i0.44059.

SANTOS, Jordan Brasil dos; BOHN, Liana; ALMEIDA, Helberte João França. **O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC):** o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. Textos de Economia, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1–27, jan./jul. 2020, DOI 10.5007/2175-8085.2020.e71525.

SILVA-COSTA, Aline et al. **Gênero e trabalho remoto:** associações entre a saúde mental e as horas de trabalho remoto e doméstico. Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, e04892023, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232025301.04892023.

SOUZA, Cléia Aparecida Montezano de; GONÇALVES, Marcelino Andrade. **Ensaio acerca da afetação da dupla jornada do trabalho na vida das mulheres campo-grandenses**. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 25, n. 1, p. 32-62, mar. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa:** o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

SUCUPIRA, Fernanda. **Divisão sexual do trabalho e o tempo cotidiano das mulheres de baixa renda.** Idéias, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 15–40, 2016. DOI: 10.20396/ideias.v7i1.8649509.

TEIXEIRA, Aline do Amaral; SILVA, Ana Caroline Dias da; ANTUNES, Maria Cristina; POLLI, Gislei Mocelin. **Representações sociais sobre ser mulher na sociedade contemporânea.** Psicologia: Ciência e Profissão, Brasília, v. 44, p. 1–17, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703003264821.